



Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021
e relatório dos auditores independentes

Sumário

	<i>Página</i>
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	03
Balanço Patrimonial - Ativo	06
Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido.....	07
Demonstração dos Resultados dos Períodos.....	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Demonstração do Valor Adicionado.....	11
Notas Explicativas.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.
Londrina-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada a continuidade operacional

As demonstrações contábeis indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 5.841 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, também nessa data, o total do passivo circulante e não circulante excedeu o ativo total em R\$ 5.745 mil. Essa condição, juntamente com os assuntos descritos nas notas explicativas 1 – Contexto Operacional, 15 – Patrimônio Líquido – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e 20 – Eventos Subsequentes, relacionados a reestruturação acionária, onde a Companhia deixou de ser controlada pela Sercomtel S.A. Telecomunicações, sua então principal cliente, e ao rompimento dos contratos de prestação de serviços com a própria Sercomtel S.A. Telecomunicações e sua controlada, Sercomtel Participações S.A., indicam a não geração de caixa suficiente para a manutenção e ampliação das atividades operacionais e, conseqüentemente, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, pressupondo-se, portanto, o sucesso das medidas que vêm sendo adotadas no processo de equacionamento e reestruturação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 07 de março de 2022.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/0-2

Valdemir Bez
Contador CRC PR 037.262/0-2

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Balço Patrimonial - Ativo

(Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		2.071	1.968
Caixa e equivalentes de caixa	4	586	506
Contas a receber	5	1.127	1.081
Impostos e contribuiões a recuperar	6	35	4
Adiantamentos		284	337
Estoques		7	9
Despesas antecipadas		32	31
NÃO CIRCULANTE		3.035	3.884
Contas a receber	5	-	131
Depósitos judiciais	8	146	114
Imobilizado	9	2.873	3.636
Intangível	10	16	3
		5.106	5.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		3.793	3.426
Obrigações sociais	11	1.283	1.523
Fornecedores		1.495	1.447
Obrigações fiscais		461	114
Utilidades e serviços a pagar		537	342
Outras Contas a Pagar	12	17	-
NÃO CIRCULANTE		7.058	5.330
Impostos parcelados	13	770	20
Provisão para contingências	14	6.288	5.310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	(5.745)	(2.904)
Capital social		37.591	37.591
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.000	-
Prejuízos acumulados		(46.336)	(40.495)
		5.106	5.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Receita bruta de serviços prestados		11.003	11.210
Deduções da receita		<u>(705)</u>	<u>(731)</u>
Receita operacional líquida		10.298	10.479
Custo dos serviços prestados		<u>(10.666)</u>	<u>(12.288)</u>
Resultado bruto		(368)	(1.809)
Despesas operacionais		<u>(5.294)</u>	<u>(6.578)</u>
Despesas gerais e administrativas		(4.320)	(3.464)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(974)</u>	<u>(3.114)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(5.662)	(8.387)
Resultado financeiro		<u>(179)</u>	<u>150</u>
Prejuízo líquido		<u>(5.841)</u>	<u>(8.237)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	37.591	-	(32.258)	5.333
Resultado líquido do período	-	-	(8.237)	(8.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.591	-	(40.495)	(2.904)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.000	-	3.000
Resultado líquido do período	-	-	(5.841)	(5.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.591	3.000	(46.336)	(5.745)

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)
(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do exercício	(5.841)	(8.237)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	766	804
Provisão para contingências	1.193	3.358
Reversão da provisão para contingências	(215)	(91)
	(4.097)	(4.166)
Variações no ativo		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	85	4.726
(Aumento) Redução em estoques	2	3
(Aumento) Redução em outros créditos	(11)	25
	76	4.754
Variações no passivo		
Aumento (Redução) em fornecedores	48	(325)
Aumento (Redução) em obrigações sociais	(240)	(103)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais	1.097	(68)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	212	(349)
	1.117	(845)
Total das atividades operacionais	(2.904)	(257)
Atividades de Financiamento		
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	3.000	-
Total das atividades de financiamento	3.000	-
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(16)	(50)
Total das atividades de investimentos	(16)	(50)
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	80	(307)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	506	813
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	586	506
Varição no caixa e equivalentes de caixa	80	(307)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
RECEITAS		
Receita de mercadorias, produtos e serviços	11.003	11.210
	11.003	11.210
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Material e serviços de terceiros	(2.656)	(4.917)
	(2.656)	(4.917)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	8.347	6.293
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO		
Depreciação e amortização	(763)	(804)
	(763)	(804)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	7.584	5.489
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	101	172
	101	172
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.685	5.661
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:	7.685	5.661
PESSOAL E ENCARGOS		
Remuneração direta	7.925	8.056
Honorários da administração	683	361
Benefícios	2.106	2.661
FGTS	571	618
	11.285	11.696
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
Federais	1.386	1.412
Municipais	259	245
	1.645	1.657
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros e variações cambiais	285	119
Aluguéis	311	426
	596	545
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		
Prejuízo do exercício	(5.841)	(8.237)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, constituída em 1999, com sede em Londrina-PR, tendo por objetivo a projeção, implantação, operação e manutenção de centrais de atendimento no Brasil e no exterior, bem como a comercialização de tais serviços, o estabelecimento de parcerias para o fornecimento de serviços de valor agregado, a participação em associações ou empreendimentos relacionados a seu objeto social, e o desenvolvimento e implantação de projetos de CRM - *Customer Relation Management*, voltados ao gerenciamento de relacionamento de clientes.

Em 2019 a Companhia passou por mudança significativa na sua estrutura acionária. Após a aprovação da Lei 12.871/19, de 12 de junho de 2019, a qual condicionou a desestatização da Sercomtel Telecom S.A. à venda das participações na subsidiária Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (nova denominação da então Sercomtel Contact Center) – CTD – para o Município de Londrina, bem como a aprovação da Lei nº 12.912/19 (publicada no Diário Oficial do Município de Londrina, em 16 de setembro de 2019), a qual autorizou o Município de Londrina a promover a transformação societária e operacional da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento, foi estabelecido pelos devidos Conselhos de Administração e Assembleias Gerais Extraordinárias, a venda de 39,7% das ações da CTD para o Município de Londrina e 40,7% para a Sercomtel Iluminação S.A., ações estas pertencentes à Sercomtel S.A. Telecomunicações, empresa controlada pelo Município de Londrina. Com isto, a Sercomtel S.A. Telecomunicações deixou de ser a controladora, continuando, contudo, com parte do capital da Companhia. Ainda de acordo com a Lei 12.912/19, Artigo 1º, parágrafo 1º, ficou autorizado uma ampliação das competências operacionais da Companhia, permitindo assim realizar os seguintes serviços:

- I. Implantar e executar o canal de comunicação entre a população e a Prefeitura de Londrina (Gestão de Demandas Prefeitura 156), por meio de solução integrada de atendimento e demais atividades correlatas e afins;
- II. Implantar e executar Telecobrança de IPTU (Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e demais atividades correlatas e afins;
- III. Implantar e executar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, a comunicação e a divulgação de campanhas de vacinação e de prevenção de doenças endêmicas, para a Secretaria de Saúde e demais atividades correlatas e afins;
- IV. Implantar e operacionalizar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, o sistema de agendamento e avisos para consultas Prefeitura do Município de Londrina Estado do Paraná médicas, exames e procedimentos nos Postos de Saúde do município, e demais atividades correlatas e afins;
- V. Implantar e operacionalizar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) em Londrina e Região e demais atividades correlatas e afins;
- VI. Implantar infraestrutura de tecnologia da informação e gerir Redes de Computadores (Data Center) e demais atividades correlatas e afins;
- VII. Implantar e gerenciar o projeto de Cidade Inteligente (Smart City) no município de Londrina, interligando questões de mobilidade urbana, atendimento ao cidadão, saúde pública, educação, tecnologia da informação e comunicação, uso sustentável dos recursos naturais (energia, Água, ar e solo), logística reversa, coleta seletiva, governança, iluminação pública, segurança, economia, empreendedorismo e demais atividades correlatas e afins.

Durante 2020, em continuidade ao atendimento da Lei Municipal 12.871/19, que tratou da desestatização da Sercomtel S.A. Telecomunicações, foi realizada em 23 de dezembro de 2020, a 96ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre seu novo acionista majoritário, o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedor do leilão realizado em 18 de agosto de 2020. No mesmo ato, efetivou-se a transferência do restante da participação da Sercomtel S.A. Telecomunicações na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. e na Sercomtel Iluminação S.A. para o Município de Londrina, deixando assim de compor o quadro de acionistas destas Companhias, obedecendo o disposto no Despacho Administrativo nº 56823/2020, emitido pelo Município de Londrina, o qual integrava o edital do leilão.

Em 29 de dezembro de 2020, o Município de Londrina, através do Ofício nº 703/2020-GAB e 704/2020-GAB, determinou a transferência da totalidade das ações da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), uma sociedade de economia mista, cujo controlador é o Município de Londrina, por meio de aumento de Capital Social.

Através do Ofício 011/2021-GAB o Município de Londrina comunicou a Companhia sobre a adoção das medidas para efetivar a transferência das ações à CMTU, sendo que em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia ratificou a referida transferência. Está previsto ainda, em data a definir, a realização de Assembleia Geral Extraordinária para que este ato seja devidamente registrado e arquivado nos órgãos competentes.

No final do primeiro trimestre, a Diretoria Executiva da companhia deliberou por contratar a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL para prestar o serviço de consultoria especializada visando a reestruturação organizacional, tendo como premissas tanto a necessidade de mudança no modelo de negócio com base na implementação dos serviços delegados pelo Município de Londrina à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., nos moldes da Lei Municipal nº 12.912/2019, quanto a situação econômico-financeira da empresa. Impende informar que o contrato com a FAUEL foi firmado em 24/02/2021. O relatório de diagnóstico da FAUEL apontou a possibilidade viabilidade do novo modelo de negócio, desde que adotadas as medidas para reestruturação organizacional, adaptando a companhia ao modelo de negócio proposto no estudo. O projeto de reestruturação organizacional foi entregue aos administradores na data de 04/06/2021 e a proposta do novo modelo de negócios segue em análise pela diretoria da CTD.

Em 20/07/2021, o principal cliente Sercomtel S.A. Telecomunicações rescindiu o contrato de prestação de serviços de call center, por conseguinte, acarretou redução média mensal de receita no valor de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais). Em 13/12/2021 foi emitida a última nota fiscal mensal ao cliente, referente as comissões sobre vendas de serviços de internet e telefonia fixa realizadas dentro da vigência do contrato. Em contrapartida, celebrou-se o contrato de prestação de serviço de solução completa para atendimento telefônico, tecnológico e mídias/multimeios com a Companhia de Tecnologia Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, firmado na data de 28/07/2021, ocasionado o aumento aproximado de receita no valor de R\$ 194 (cento e noventa e quatro mil reais) mensais.

A Companhia adota o regime público de gestão nas aquisições e contratações de mão-de-obra, através do qual a administração mantém metas de racionalização de custos e obtenção de níveis adequados de rentabilidade e geração de recursos das suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da sociedade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas são:

a) Apresentação das demonstrações contábeis

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência para apropriação de receitas, custos e despesas.

c) Mensuração da receita

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requisitos, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não foi apurado efeito significativo no balanço patrimonial da Companhia decorrente de ajustes por aplicação do CPC 47.

d) Caixa e equivalente de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

e) Contas a receber de clientes

São apresentadas pelo valor de realização. A sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela administração.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

g) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Bancos conta movimento	1	191
Cheques administrativos	585	315
Aplicações financeiras	-	-
	<u>586</u>	<u>506</u>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e cheques administrativos.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma:

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Clientes	1.127	1.081
Clientes - Longo Prazo	-	131
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>1.127</u>	<u>1.212</u>

Termo de Parcelamento Sercomtel S.A. Telecomunicações

Em dezembro de 2019 foi assinado termo de confissão e parcelamento de dívida, com a então controladora, Sercomtel S.A. Telecomunicações, referente a valores devidos entre setembro e dezembro de 2019, no montante de R\$ 4.718 mil, com recebimento previsto para ocorrer em 36 parcelas mensais e consecutivas, de R\$ 131 mil, atualizadas mensalmente por 120% da taxa DI.

Conforme previsto no referido termo, o pagamento das parcelas poderá ser antecipado a critério exclusivo da devedora. A parcela de entrada foi recebida em dezembro de 2019. Durante o exercício de 2020 foram recebidas as 12 parcelas mensais normais e 22 parcelas antecipadas. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020 houve o pagamento da última parcela a receber, caracterizando - se assim, quitado o contrato em questão.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Imposto de renda e contribuição social	34	3
Outros	1	1
	<u>35</u>	<u>4</u>

Os créditos tributários gerados a partir de prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias detidos pela companhia, serão compensados com impostos sobre lucros futuros.

7. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Sercomtel S.A. Telecomunicações, a qual foi acionista da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. até o dia 23 de dezembro de 2020 (vide detalhes na nota explicativa 1. Contexto Operacional), foram realizadas em condições e preços normais praticados pelo mercado. A partir daquela data não mais constará os descritivos de saldos uma vez que a Sercomtel S.A. Telecomunicações não se enquadra como partes relacionadas. Em relação o Município de Londrina, Sercomtel Iluminação e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, não há saldos em aberto.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Corresponde aos valores depositados em juízo, relativo a ações trabalhistas, realizados para execução dos recursos em outras instâncias para questionamentos de decisão proferida ou para cumprimento de despacho decisório a fim de reavaliar os valores devidos nas causas julgadas.

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	146	114
	<u>146</u>	<u>114</u>

Estes valores são classificados na ativo não circulante, sem previsibilidade de realização. A área jurídica da Companhia realiza acompanhamento periódico do andamento processual e ocorrendo

perda da causa, o valor é revertido para despesa, sendo complementado se for o caso ou, em caso de ganho da causa, o valor do ativo é baixado conforme o crédito em conta bancária.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de deprec	Saldo em 31/12/2020	Adições	Trans- ferências	Baixas	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	10%	2.456	-	-	-	(552)	1.904
Móveis e utensílios	10%	76	-	-	-	(38)	38
Equipamentos de informática	20%	329	-	-	-	(124)	205
Instalações	4%	750	-	-	-	(40)	710
Veículos	20%	25	-	-	-	(9)	16
Imobilizado em curso		-	-	-	-	-	-
		3.636	-	-	-	(763)	2.873
Custo do imobilizado		8.398					8.398
Depreciação acumulada		(4.762)					(5.525)
Imobilizado líquido		3.636					2.873

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis econômicas dos bens que integram o ativo imobilizado, em conformidade com o previsto no CPC 27 - Ativo Imobilizado.

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Software	20	3	16	-	(3)	16
Marcas e Patentes		-	-	-	-	-
Total		3	16	-	(3)	16
Custo de intangível		742				758
Amortização acumulada		(739)				(742)
Intangível líquido		3				16

Os direitos intangíveis estão representados por licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando a continuidade da empresa, baseada no estudo apresentado pela FAUEL em 04/06/2021, conforme mencionado na nota explica 1, durante o terceiro trimestre de 2021 a Companhia realizou o desligamento de 92 funcionários, conforme demonstrado abaixo:

Data	Setor	Quantidade
23/07/2021	Administrativo	1
31/08/2021	Operação	58
03/09/2021	Operação	4
09/09/2021	Operação	2
10/09/2021*	Operação	1
20/09/2021	Operação	4
27/09/2021*	Operação	1
28/09/2021	Operação	12
30/09/2021	Administrativo	9
		92

* Desligamento por iniciativa do funcionário

13. IMPOSTOS PARCELADOS

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Imposto de renda e Contribuição social	219	50
INSS	742	8
Pis e Cofins	215	71
ISS	55	5
	<u>1.231</u>	<u>134</u>
Passivo Circulante	461	114
Passivo Não Circulante	770	20
	<u>1.231</u>	<u>134</u>

Em maio de 2019 a RFB comunicou a decisão do processo fiscal que tratava de compensação de impostos com crédito fiscal. Após analisado, a decisão foi acatada pela empresa, que resultou no deferimento parcial da compensação e levou ao retorno dos débitos fiscais PIS e COFINS de competência 01/2007, que faziam parte deste processo e não foi aceito na compensação. A empresa optou pelo parcelamento ordinário em 60 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 o parcelamento do PIS estava integralmente quitado. Com relação ao parcelamento do COFINS restavam 28 parcelas de R\$ 725.

Em julho de 2021 houve o parcelamento ordinário das contribuições previdenciárias relativas a junho de 2021, em 60 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 restavam 54 parcelas de R\$ 2.117.

Em novembro de 2021 a companhia realizou um novo parcelamento ordinário das contribuições previdenciárias, desta vez contemplando os débitos relativos ao período de julho a outubro de 2021, em 60 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 restavam 58 parcelas de R\$ 7.518.

Em dezembro de 2021 a empresa aderiu a um parcelamento simplificado dos débitos relativos a IRRF referente ao período de junho a setembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 restavam 59 parcelas de R\$ 1.766.

No mesmo período, também foi realizado um parcelamento simplificado englobando os seguintes débitos: IRRF retido na fonte nos meses de julho e setembro de 2021 em 12 vezes; PIS do período de junho a setembro de 2021 em 44 vezes; COFINS no período de junho a setembro em 60 vezes; CSRF de julho e setembro de 2021 em 3 vezes e Contribuição Previdenciária no período de julho a outubro em 60 vezes.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Contingências cíveis	5.808	4.912
Contingências trabalhistas	480	398
	<u>6.288</u>	<u>5.310</u>

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas judicialmente.

A administração, com base na reavaliação da expectativa de perdas dos processos cíveis, relacionadas a questões contratuais, efetuada pelos seus assessores jurídicos, decidiu constituir provisão em montante considerado suficiente para cobrir as referidas perdas. Em consequência de decisão judicial proferida em junho de 2020, os valores provisionados sofreram reajustes legais decorrentes de

correção monetária e juros conforme índice determinado em juízo, desde seu ajuizamento. As ações trabalhistas passíveis de provisão contábil, também foram devidamente constituídas e estão representadas por reclamatórias de funcionários das operações de Londrina-PR.

Em 31 de dezembro de 2021 havia processos trabalhistas com estimativa de possível perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos, no valor aproximado de R\$ 280 mil, ante R\$ 480 mil em 2020, compostas, em sua maioria, por ações relativas a empregados de empresas terceirizadas e enquadramento salarial, originadas, principalmente, pela operação de Londrina-PR.

Com relação aos processos cíveis, há valor de perda possível estimado pela área jurídica de R\$ 510 mil. E uma estimativa de ganho possível de R\$ 3.000 mil relativo, em geral, a ações relacionadas a questões contratuais.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$ 37.591 mil, representado por 37.591.295 ações com valor unitário de R\$ 1,00, distribuído da seguinte forma:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sercomtel Iluminações S.A	4.041.978	40,4	11.261.884	40,8	15.303.862	40,7
Município de Londrina	3.943.392	39,4	10.987.204	39,8	14.930.596	39,7
Companhia Municipal de Trânsito e Urban.	1.873.112	18,7	5.218.922	18,9	7.092.034	18,9
Atende Bem Soluções de Atendimento Ltda	142.181	1,4	122.286	0,4	264.467	0,7
Outros	320	0,0	16	0,0	336	0,0
	10.000.983	100	27.590.312	100	37.591.295	100

Em abril de 2004, a acionista Atende Bem, retirou-se do controle administrativo sem que tivesse efetuado a totalidade da integralização do capital devido. Desde então, a administração da companhia vinha sendo exercida pela acionista Sercomtel S.A. Telecomunicações. A acionista Atende Bem, por sua vez, impetrou ação requerendo o cancelamento de sua obrigação de integralizar o capital, alegando sua saída do controle da Companhia. Na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de julho de 2015, os acionistas declararam prescritas as ações subscritas e não integralizadas da empresa Atende Bem, baseados em sentença de ação de execução de título extrajudicial, transitada em julgado em 29 de abril de 2014, a qual extinguiu o processo, suportada na decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, que dispensou a Atende Bem de efetuar o pagamento das ações. Com isto, a administração da Companhia decidiu manter as ações não integralizadas em tesouraria. Em 01 de julho de 2016, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, foi decidido pelos acionistas pela não aquisição das ações em tesouraria. Com isso, após findado o prazo de doze meses para alienação desses títulos, conforme definido na 34ª Assembleia Geral Extraordinária, e sem que houvesse sua alienação, o capital social subscrito foi reduzido para a soma do capital efetivamente integralizado.

Em 2019 a Companhia passou por mudança significativa na sua estrutura acionária. Após a aprovação da Lei 12.871/19, de 12 de Junho de 2019, a qual condicionou a desestatização da Sercomtel Telecom S.A. à venda das participações na subsidiária Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A (nova denominação da então Sercomtel Contact Center) – CTD – para o Município de Londrina, bem como a aprovação da Lei nº 12.912/19 (publicada no Diário Oficial do Município de Londrina, em 16 de setembro de 2019), a qual autorizou o Município de Londrina a promover a transformação societária e operacional da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento, foi estabelecido pelos devidos Conselhos de Administração e Assembleias Gerais Extraordinárias, a venda de 39,7% das ações da CTD para o Município de Londrina e 40,7% para a Sercomtel Iluminação S.A., ações estas pertencentes à Sercomtel Telecom empresa controlada pelo Município de Londrina. Com isto, a Sercomtel S.A. Telecomunicações deixou de ser a controladora, continuando, contudo, com parte do capital da Companhia.

Durante 2020, em continuidade ao atendimento da Lei Municipal 12.871/19, que tratou da desestatização da Sercomtel S.A. Telecomunicações, foi realizada em 23 de dezembro de 2020, a 96ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre seu novo acionista majoritário, o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedor do leilão realizado em 18 de agosto de 2020. No mesmo ato, efetivou-se a transferência do restante da participação da Sercomtel S.A. Telecomunicações na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. e na Sercomtel Iluminação S.A. para o Município de Londrina, deixando assim de compor o quadro de acionistas destas Companhias, obedecendo o disposto no Despacho Administrativo nº 56823/2020, emitido pelo Município de Londrina, o qual integrava o edital do leilão.

Em 29 de dezembro de 2020, o Município de Londrina, através do Ofício nº 703/2020-GAB e 704/2020-GAB, determinou a transferência da totalidade das ações da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), uma sociedade de economia mista, cujo controlador é o Município de Londrina, por meio de aumento de Capital Social.

Através do Ofício 011/2021-GAB o Município de Londrina comunicou a Companhia sobre a adoção das medidas para efetivar a transferência das ações à CMTU, sendo que em 20 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia ratificou a referida transferência. Está previsto ainda, em data a definir, a realização de Assembleia Geral Extraordinária para que este ato seja devidamente registrado e arquivado nos órgãos competentes.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Na 60ª Assembleia Geral Extraordinária, junto aos Acionistas, realizada na data de 07/06/2021, o acionista Município de Londrina manifestou interesse em realizar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no montante de R\$ 1.500 mil, em virtude da reestruturação da Companhia. Desta forma, foi realizada efetivamente a entrada deste aporte financeiro no período de setembro a outubro de 2021.

Em continuidade ao projeto de reestruturação da Companhia, em dezembro de 2021, o acionista Município de Londrina, realizou aporte financeiro adicional no valor de R\$ 1.500 mil.

16. PREJUÍZOS FISCAIS, BASE NEGATIVA E CRÉDITO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Embora a Companhia tenha apresentado lucro nos exercícios de 2016 a 2019, em função da ausência de histórico de rentabilidade, os créditos fiscais estão sendo controlados, porém, não foram registrados contabilmente.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

18. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

19. EFEITO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Face os acontecimentos relacionados com a pandemia do coronavírus (covid19), a Administração da Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos e seus efeitos sobre as áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos e sociais, sendo que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios decorrentes da pandemia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021. A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Um ponto relevante a ser considerado no cenário da companhia foi a concretização da doação do imóvel do Tecnocentro à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. – CTD conforme consta do projeto 245/2021, de autoria do Executivo Municipal, que transformou-se na Lei Municipal nº 13.337, de 3 de janeiro de 2022, que autorizou o Instituto de Desenvolvimento de Londrina – Codel – a doar a área de terras constituída do Lote de Terras nº 11/14 da Quadra nº 01. medindo a área 5.252,67m², resultante da anexação dos Lotes nºs 11 e 14, situada na Gleba Ribeirão Lindoia, contendo uma edificação de 3.144,93m² (prédio Tecnocentro), à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. - CTD - , destinada à instalação e desenvolvimento de suas atividades. Vale constar que os membros da Comissão Permanente de Avaliação instituída pelo Decreto Municipal nº 213/2021, avaliaram o imóvel sob análise em R\$ 17.012 mil. A partir de então, iniciaram-se as tratativas para transferência do bem, conforme deliberação legal.